

The top section of the cover features a central text block flanked by two large, stylized, black and white geometric shapes that resemble the letter 'V' or 'W' with multiple parallel lines. Above the text is a solid black horizontal bar.

AILTON
KRENAK

A wide band of black and white diagonal stripes, slanted from top-left to bottom-right, spans the width of the cover.

FUTURO
ANCESTRAL

A series of four horizontal, wavy black lines spanning the width of the cover.

COMPANHIA DAS LETRAS

AILTON
KRENAK



FUTURO
ANCESTRAL



COMPANHIA DAS LETRAS

Pesquisa e organização
Rita Carelli

SUMÁRIO

Capa
Folha de rosto
Sumário

Saudações aos rios
Cartografias para depois do fim
Cidades, pandemias e outras geringonças
Alianças afetivas
O coração no ritmo da terra

Sobre este livro
Sobre o autor
Créditos

Nesta invocação do tempo ancestral, vejo um grupo de sete ou oito meninos remando numa canoa:

Os meninos remavam de maneira compassada, todos tocavam o remo na superfície da água com muita calma e harmonia: estavam exercitando a infância deles no sentido do que o seu povo, os Yudjá, chamam de se aproximar da antiguidade. Um deles, mais velho, que estava verbalizando a experiência, falou: “Nossos pais dizem que nós já estamos chegando perto de como era antigamente”.

Eu achei tão bonito que aqueles meninos ansiassem por alguma coisa que os seus antepassados haviam ensinado, e tão belo quanto que a valorizassem no instante presente. Esses meninos que vejo em minha memória não estão correndo atrás de uma ideia prospectiva do tempo nem de algo que está em algum outro canto, mas do que vai acontecer exatamente aqui, neste lugar ancestral que é seu território, dentro dos rios.



**SAUDAÇÕES
AOS RIOS**



Os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui. Gosto de pensar que todos aqueles que somos capazes de invocar como devir são nossos companheiros de jornada, mesmo que imemoráveis, já que a passagem do tempo acaba se tornando um ruído em nossa observação sensível do planeta. Mas estamos na Pacha Mama, que não tem fronteiras, então não importa se estamos acima ou abaixo do rio Grande; estamos em todos os lugares, pois em tudo estão os nossos ancestrais, os rios-montanhas, e compartilho com vocês a riqueza incontida que é viver esses presentes.

Por onde pude andar, no Brasil ou em outros cantos do mundo, prestei mais atenção nas águas do que nas edificações urbanas que se debruçam sobre elas — pois todos os nossos assentamentos humanos, na Europa, na Ásia, na África, por todos os lados, sempre foram atraídos pelos rios. O rio é um caminho dentro da cidade, que permite se deslocar, embora faça tempo que as pessoas tenham decidido ficar plantadas nas cidades. Nas salas de aula, as crianças escutam que uma das civilizações mais antigas do mundo nasceu no delta do rio Nilo, no Egito, cujas águas irrigavam suas margens, propiciando condições para a agricultura — essa ideia civilizatória. Sempre estivemos perto da água, mas parece que aprendemos muito pouco com a fala dos rios. Esse exercício de escuta do que os cursos

d'água comunicam foi produzindo em mim uma espécie de observação crítica das cidades, principalmente as grandes, se espalhando por cima dos corpos dos rios de maneira tão irreverente a ponto de não termos quase mais nenhum respeito por eles.

Os antigos do nosso povo colocavam bebês de trinta, quarenta dias de vida dentro do Watu, recitando as palavras: “*Rakandu, nakandu, nakandu, racandu*”. Pronto, as crianças estavam protegidas contra pestes, doenças e toda possibilidade de dano. Esse nosso rio-avô, chamado pelos brancos de rio Doce, cujas águas correm a menos de um quilômetro do quintal da minha casa, canta. Nas noites silenciosas ouvimos sua voz e falamos com nosso rio-música. Gostamos de agradecê-lo, porque ele nos dá comida e essa água maravilhosa, amplia nossas visões de mundo e confere sentido à nossa existência. À noite, suas águas correm velozes e rumorosas, o sussurro delas desce pelas pedras e forma corredeiras que fazem música e, nessa hora, a pedra e a água nos implicam de maneira tão maravilhosa que nos permitem conjugar o nós: nós-rio, nós-montanhas, nós-terra. Nos sentimos tão profundamente imersos nesses seres que nos permitimos sair de nossos corpos, dessa mesmice da antropomorfia, e experimentar outras formas de existir. Por exemplo, ser água e viver essa incrível potência que ela tem de tomar diferentes caminhos.

Saúdo também o Jequitinhonha e o Mucuri, que junto com o Watu fazem uma longa jornada até o mar.

Eu tive, em minha vida, a maravilhosa bênção de molhar a mão e o pé, mergulhar, nadar, sentir o gosto e o cheiro e comer os peixes de dezenas, talvez centenas, de igarapés e rios. Há muito tempo, pude me banhar no rio Madeira. Era a primeira vez que eu entrava em suas águas, estava chovendo bastante e o rio estava bravo — eu gostei de brincar um pouco, mas bem perto da margem, para não ser levado pela correnteza. Nunca me

meti a atravessar nenhum desses rios, porque já tive amigos que foram levados pelas águas. Até rios menores, sem o porte de um rio Branco, têm uma força mágica capaz de nos carregar. É fascinante pensar que o grande rio que dá nome à Bacia Amazônica nasce de um fiozinho de água lá nas cordilheiras dos Andes para formar aquele mundo aquático. Ele carrega muitos outros rios, mas também a água que a própria floresta dá para as nuvens, e que a chuva devolve para a terra, nesse ciclo maravilhoso em que as águas dos rios são as do céu, e as águas do céu são as do rio.

Xingu, Amazonas, rio Negro, Solimões.

Não me surpreendi quando começaram a falar em rios voadores. Os cursos d'água são capazes de percorrer longas distâncias, de encontrar novos caminhos, de mergulhar dentro da terra e — por que não? — de voar. Na Serra do Divisor tem o impressionante Moa, uma espécie de grande rio Paraná que desce para o Javari, desemboca no Solimões e, junto com águas que vêm da Colômbia, também alcança a Bacia Amazônica. Mais para cima de Cruzeiro do Sul, no médio Juruá, fica o território dos parentes Ashaninka. Uma vez subi com eles até a cabeceira do rio arrastando uma canoa, pois as águas estavam muito baixas, e tive a surpresa de encontrar lá em cima, no finzinho do Brasil, um quase igarapé com o nome de Tejo, e não pude deixar de pensar em Fernando Pessoa, que também cantou seu rio.

Juruá, Jutaí, Javari — recitam as crianças em palafitas.

Nossos parentes que vivem ali na fronteira do Peru com a Colômbia moram em aldeias flutuantes, construídas em plataformas sobre as águas. É uma gente que precisa da água viva, dos espíritos da água presentes, da poesia que ela proporciona à vida e, por isso, são chamados de povos das águas. A maioria das pessoas pensa que só se vive em terra firme e não imagina que tem uma parte da humanidade que encontra nas águas a

completude da sua existência, de sua cultura, de sua economia e experiência de pertencer. No lago Titicaca tem um povo antiquíssimo que também vive em cima de plataformas, dentro da água. Ali, naquele espaço, todos nascem e morrem, criam pequenos animais, as crianças brincam. Vivem na e da água, essa potência de vida que vem sendo plasmada pela presença barulhenta dos humanos urbanos, que sempre querem mais e, se preciso for, constroem Belo Monte, Tucuruí, fazem barragens em tudo quanto é bacia para satisfazer a sede infinita de suas cidades, casa dos que já não sabem viver nas águas e nas florestas.

Guaporé, Araguaia, São Francisco.

Às vezes me sinto mais comovido com a presença desses rios do que com outros seres como eu, humanos. Essa aldeia onde estou fica na região leste de Minas Gerais, mais perto do mar do que do Planalto Central do Brasil, e aqui sou envolvido o tempo todo pelo rumor das águas, inclusive de rios subterrâneos, o que me faz pensar no livro *Los ríos profundos*, do grande escritor peruano José María Arguedas. Nele, o espírito das águas vai cortando vales, montanhas e levando histórias e maravilhas por onde passa. É fascinante a percepção que Arguedas tem daquele rio que corta os Andes, que é capaz de abrir seu caminho pelas pedras com grande força, descendo de maneira avassaladora, sem que ninguém possa navegar seu corpo — pois é um rio bravo. Fui uma vez a São Petersburgo, até a margem do Niva, e conto: esse rio, durante uma parte do ano, congela a tal ponto que é possível passar a cavalo sobre ele. Eu, um sujeito dos trópicos, fiquei pasmo com aquilo...

Imaginem “montar” o Tapajós, o Madeira, o Tocantins?

Me instiga a possibilidade de alguns desses corpos d’água sobreviverem a nós sem sofrer as humilhações e fraturas a que outros foram sujeitos. Pois, é preciso dizer, esses rios que invoco aqui estão sendo mutilados: cada um

deles tem seu corpo lanhado por algum dano, seja pelo garimpo, pela mineração, pela apropriação indevida da paisagem. Eu acho engraçado que tem gente que aceita com naturalidade considerar um rio sagrado desde que ele esteja lá na Índia, e saiba de cor que ele se chama Ganges, enquanto ousa saquear o corpo do rio ao lado, cujo nome desconhece, para fazer resfriamento de ciclos industriais e outros absurdos. Há mais de 2 mil anos, comunidades humanas já estabeleciam suas aldeias nas margens do Tapajós. E hoje nossos parentes Munduruku e Sateré Mawé seguem buscando defender o corpo desse rio dos aparatos de infraestrutura que o governo teima em implantar, além do assédio do garimpo, das madeireiras e outras violências. Soube que, nessa mesma região, ribeirinhos tiveram que suspender as atividades que nutrem suas famílias pois os peixes estão doentes, têm o que eles chamaram de “urina preta”. Eles começaram a cogitar criar peixes em açudes, tanques e pesqueiros a fim de substituir a pesca natural que era feita nos igarapés — esse manancial de vida, comida e fartura que nós estamos destruindo.

Em São Paulo, o Tietê, infelizmente, na parte urbana que percorre, foi convertido em esgoto. Não sei como uma cidade pode fazer isso, o corpo de um rio é insubstituível. A Pauliceia tapou de forma desenfreada seus cursos d’água, inclusive o rio Ipiranga, nas margens do qual foi proclamada a Independência do Brasil, sugerindo que não se tem sequer apreço por essa memória. Os rios que ainda não foram asfixiados nas cidades seguem correndo no cerrado, nas florestas, na Mata Atlântica e no Pantanal — todos biomas flagelados — e são os primeiros a terem os corpos apropriados pela fúria de certos humanos em suas atividades incessantes: essa gente que está empestando o planeta só percebe os rios como potencial energético para construção de barragens ou como volume de água a ser usado na agricultura e, assim, o Brasil segue exportando sua água através de grãos e

minério. Tratam os rios de maneira tão desrespeitosa que dá a impressão de que sofreram um colapso afetivo em relação às preciosidades que a vida nos proporciona aqui na Terra. Outra prática aviltante é transformar as margens de um rio em pasto. Depois de cinquenta anos vendo gado, gente e máquinas pisoteando o solo, o rio se cansa. Sim, pois quando a paisagem se torna insuportável, o rio migra e conflui para outras viragens.

Rios da memória, rios voadores, que mergulham, que transpiram e fazem chuva.

O rio São Francisco, durante os séculos XVIII, XIX e XX, se constituiu como um guia para a vida de milhões de pessoas, atravessando vários estados, começando em Minas Gerais até desaguar no litoral de Alagoas. Já o rio Doce, nosso querido Watu, segue para o Espírito Santo. Os dois fazem caminhos distintos: enquanto um corre para o Nordeste, o outro vai para a região Leste do Brasil, mas ambos chegaram ao século XXI fraturados, picotados, barrados e sangrando. Hoje, o corpo do Watu está cheio de mercúrio e de uma lista imensa de venenos oriundos da mineração, e o rio, cansado, mergulhou em si. Aquele material que desce na calha não é rio, mas detrito de uma civilização abusiva, o que o grande chefe Seattle chamou de vômito. A água de verdade, que nasce nas montanhas, agora está correndo debaixo de uma laje de pedra que os geólogos constataram ser uma formação de granito e outros materiais muito sólidos. Em cima dessa plataforma tem três camadas de solo: o rio mergulhou fundo. Ele continua seguindo para o oceano Atlântico, mas não quer mais se expor ao abuso constante desse pensamento absurdo que acha que os corpos existem para serem explorados. Ele se nega a sofrer esse tipo de bullying e, diante da ofensa, desaparece. Aí as pessoas vêm reclamar que estão ficando sem água, que não podem mais promover o desenvolvimento e o progresso, pois os humanos, com suas economias

estúpidas, precisam de muita água para hidrelétricas, usinas, indústrias, agropecuária e agronegócio — e estão sempre fazendo alguma reclamação.

Rios vivos.

Será que vamos matar todos os rios? Vamos fazer com que todos esses seres maravilhosos, resilientes e capazes de esculpir pedras se convertam em risco para a vida e desapareçam? Há vinte anos foi criado na região amazônica um movimento chamado “Rios vivos”, com o intuito de mobilizar as comunidades contra a construção de barragens e hidrovias, para discutir projetos de transposição de rios e de adequação para navegação comercial, de questionar tudo isso. Glenn Switkes é um sujeito que nasceu nos Estados Unidos que conheci na década de 1980, quando veio fazer um filme sobre a Amazônia, e que acabou dedicando os vinte ou trinta anos seguintes a conhecer nossos rios e fortalecer uma campanha internacional para mantê-los vivos. Dizem que a quantidade de água que existe na biosfera do planeta Terra agora é a mesma de bilhões de anos atrás, quando se formaram os ecossistemas terrestres que a gente aprecia. Diante desse argumento, alguém pode dizer: “Ora, se a água nunca diminui, qual o problema?”. Acontece que ao transformarmos água em esgoto ela entra em coma, e pode levar muito tempo para que fique viva de novo. O que estamos fazendo ao sujar as águas que existem há 2 bilhões de anos é acabar com a nossa própria existência. Elas vão continuar existindo aqui na biosfera e, lentamente, vão se regenerar, pois os rios têm esse dom. Nós é que temos uma duração tão efêmera que vamos acabar secos, inimigos da água, embora tenhamos aprendido que 70% de nosso corpo é formado por água. Se eu desidratar inteiro vai sobrar meio quilo de osso aqui, por isso eu digo: respeitem a água e aprendam a sua linguagem. Vamos escutar a voz dos rios, pois eles falam. Sejamos água, em matéria e

espírito, em nossa movência e capacidade de mudar de rumo, ou estaremos perdidos.

**CARTOGRAFIAS
PARA DEPOIS
DO FIM**



De ré, poderíamos dizer que no princípio era a folha. Outras narrativas vão dizer que no princípio era o verbo. Outras ainda vão criar paisagens bem diversas, e isso é maravilhoso. Entre tantos mundos, me sinto especialmente tocado pelas histórias que nos aproximam dos seres invisíveis aos olhos turvos de quem não consegue andar na Terra com a alegria que deveríamos imprimir em cada gesto, em cada respiro. Os antigos diziam que quando a gente botava um mastro no chão para fazer nossos ritos, ele marcava o centro do mundo. É mágico que o centro possa estar em tantos lugares, mas de que mundo estamos falando? Pois quando dizemos mundo pensamos logo neste, em incessante disputa instaurada por uma gestão que deu metástase: o do capitalismo — que alguns já chamam de capitaloceno.

O desafio que proponho aqui é imaginar cartografias, camadas de mundos, nas quais as narrativas sejam tão plurais que não precisamos entrar em conflito ao evocar diferentes histórias de fundação. É maravilhoso que ainda existam essas memórias nas tradições de centenas de povos, seja nas Américas, na África, na Ásia... Essas narrativas são presentes que nos são continuamente ofertados, tão bonitas que conseguem dar sentido às experiências singulares de cada povo em diferentes contextos de experimentação da vida no planeta. Há algum tempo, apesar de sempre pensar a partir de onde estou — à beira desse rio

—, quando dispero minha visão sobre outros lugares da Terra, as cartografias sonhadas que vejo incluem aquela imagem fantástica do astronauta que, olhando do céu, exclamou: “A Terra é azul!”. O planeta é mesmo maravilhoso e é abraçado, em várias tradições de povos ameríndios — da Terra do Fogo ao Alasca —, por uma poética permeada de sentido maternal.

Nossos parentes Guarani da Mata Atlântica, dessa borda de mar que chamam de “nhé ere”, ou lugar que produz vida, pensam na região como uma paisagem e, ao mesmo tempo, uma fonte incessante de vida. A primeira vez que esses queridos parentes compartilharam comigo sua narrativa de criação de mundo, aprendi que dois gêmeos primordiais tiveram que dobrar a Serra do Mar e fazer esse contraforte para que a Água Grande, o mar, não avançasse sobre o continente. Achei linda essa história que explica a topografia — a formação das montanhas, dos vales, dos corpos d’água de onde se habita. O fato é que os Guarani, assim como os caiçaras da região, estão espremidos em pequenos sítios, reduzidos a ilhas de onde resistem bravamente à especulação imobiliária, à ocupação de seus territórios e à violência que devasta esse lugar que seus espíritos enxergam, e suas palavras traduzem, através de uma cartografia afetiva.

Os parentes Tikmu’un, também conhecidos por Maxakali, que estão aqui no Vale do Mucuri, vizinhos do rio Doce, falam lindamente dessa terra da qual foram excluídos. Diferente de outros povos nativos daqui, que tiveram uma ou outra reserva instituída pelo governo, os Maxacali passaram os séculos XVII, XVIII e XIX sem lugar para descansar a cabeça. Pois agora decidiram ocupar um antigo território de suas narrativas, e esse povo é capaz de reconstituir toda a fauna e a flora desse lugar onde quase não existem mais bichos e plantas. Em meio ao deserto de pasto em que a região foi transformada durante o século XX, conseguem ver a floresta e

invocar o nome de todos os insetos, os répteis, os pássaros, os animais peçonhentos, as plantas e os fungos que existiam ali e apontar o lugar de cada um na paisagem. Qualquer estudioso ficaria admirado com esse inventário e com a maneira que eles são capazes de restituir a essa terra a presença de seres que já foram extintos: os Maxakali estão ali representando todo esse gradiente de vida. Em meio a uma mentalidade fazendeira, conseguem enxergar um território cheio de espíritos e falar com o mundo invisível. Um povo como esse, mesmo quando expropriado de tudo e sem ter nem chão para pisar, ainda consegue recriar um lugar para ser habitado.

Quando penso no movimento do Watu, percebo sua potência: um corpo d'água de superfície que, ao sofrer uma agressão, teve a capacidade de mergulhar na terra em busca dos lençóis freáticos profundos e refazer sua trajetória. Assim, ele nos ensina a evitar um dano maior. No tal capitaloceno que estamos experimentando não restará nenhum lugar da Terra que não seja como o corpo desse rio, assolado pela lama. Ela alcançará todos os recantos do planeta, assim como os polímeros e os microplásticos alcançam a barriga de cada peixe no oceano. Por que esses animais devem carregar essas substâncias em sua estrutura tão leve, tão bonita? Um especialista no assunto me disse que o microplástico viaja pelo nosso corpo e já pode ser encontrado nos bebês que estão nascendo. Achei isso escandaloso, mas não podemos nos render à narrativa de fim de mundo que tem nos assombrado, porque ela serve para nos fazer desistir dos nossos sonhos, e dentro dos nossos sonhos estão as memórias da Terra e de nossos ancestrais.

Estamos vivendo num mundo onde somos obrigados a mergulhar profundamente na terra para sermos capazes de recriar mundos possíveis. Acontece que, nas narrativas de mundo onde só o humano age, essa

centralidade silencia todas as outras presenças. Querem silenciar inclusive os encantados, reduzir a uma mímica isso que seria “espiritizar”, suprimir a experiência do corpo em comunhão com a folha, com o líquen e com a água, com o vento e com o fogo, com tudo que ativa nossa potência transcendente e que suplanta a mediocridade a que o humano tem se reduzido. Para mim, isso chega a ser uma ofensa. Os humanos estão aceitando a humilhante condição de consumir a Terra. Os orixás, assim como os ancestrais indígenas e de outras tradições, instituíram mundos onde a gente pudesse experimentar a vida, cantar e dançar, mas parece que a vontade do capital é empobrecer a existência. O capitalismo quer um mundo triste e monótono em que operamos como robôs, e não podemos aceitar isso.

Tem um poeta do povo Kuna, do Panamá, que se chama Cebaldo Inawinapi. Atualmente, ele é professor numa universidade do Porto, em Portugal, mas não cessa de fazer visitas à ilha de Kunayala, onde vive seu povo. Ele conta que o nascimento de uma criança Kuna implica em identificar aquele corpo que chega com uma árvore — assim como os Krenak, eles relacionam o umbigo da criança a uma planta. Ele diz que todos os bosques de Kunayala são formados por pessoas, têm nome, porque cada planta coincide com alguém que nasceu ali. Esse trânsito entre um corpo humano e uma planta pode ocorrer com uma bananeira ou com uma árvore que vive duzentos anos, não importa, o importante é o cordão umbilical ser enterrado no ato de plantar, então criança e planta compartilham o mesmo espírito. Quando João Paulo Barreto fala da concepção do corpo feito de barro na tradição do povo Tukano, do alto rio Negro, também está dizendo que não existe fronteira entre o corpo humano e os outros organismos que estão ao seu redor. Faz um tempo que nos convencemos de que somos essa coisa excelente chamada gente e

ficamos sem querer nos espriar em outros organismos para além dessa sanitária e higiênica figura humana. Essa configuração do corpo acatada hoje por muitos é apenas uma instituição pobre fabricada por uma civilização sem imaginação.

Quando eu falo em adiar o fim do mundo, não é a este mundo em colapso que estou me referindo. Esse tem um esquema tão violento que eu queria mais é que ele desaparecesse à meia-noite de hoje e que amanhã a gente acordasse em um novo. No entanto, efetivamente, estamos atuando no sentido de uma transfiguração, desejando aquilo que o Nêgo Bispo chama de *confluências*, e não essa exorbitante euforia da monocultura, que reúne os birutas que celebram a necropolítica sobre a vida plural dos povos deste planeta. Ao contrário do que estão fazendo, *confluências* evoca um contexto de mundos diversos que podem se afetar. É um termo talhado de maneira artesanal e local, por um homem quilombola, um brilhante pensador marginal neste universo colonial, um crítico sempre tranquilo e bem-humorado das tendências políticas.

Já a *convergência* política foi tema na América do Sul nos últimos quarenta ou cinquenta anos. Abraça ideias como a de que o peronismo argentino podia se fundir em uma política moderna, de que o Brasil ia conseguir juntar uma espécie de trabalhismo com o capitalismo e produzir uma nova experiência de gestão política neoliberal que substituísse o colonialismo... Pois Nêgo Bispo escapa dessa gramática dizendo que o que interessa a ele são as confluências, sendo, ao mesmo tempo, capaz de elaborar uma crítica que as articula a convergências e divergências. Sem negar os eventos políticos nem querer escapar do sentido histórico das coisas, ele diz que não precisamos ficar subordinados a essa mesma lógica e procura animar uma perspectiva em que as confluências não dão conta de tudo, mas abrem possibilidades para outros mundos.

Essas aberturas permitem, inclusive, que a gente se negue a fazer coro com o discurso colonial como se fosse nossa última chance de conciliação: “Ah, para a gente se entender como nação, vamos todos fazer de conta que não houve genocídio”. Como considerar uma história de pátria no meio deste cemitério continental? Temos que nos insurgir, e as confluências podem nos ajudar nisso. Se o colonialismo nos causou um dano quase irreparável foi o de afirmar que somos todos iguais. Agora a gente vai ter que desmentir isso e evocar os mundos das cartografias afetivas, nas quais o rio pode escapar ao dano, a vida, à bala perdida, e a liberdade não seja só uma condição de aceitação do sujeito, mas uma experiência tão radical que nos leve além da ideia da finitude. Não vamos deixar de morrer ou qualquer coisa do gênero, vamos, antes, nos transfigurar, afinal a metamorfose é o nosso ambiente, assim como das folhas, das ramas e de tudo que existe.

**CIDADES,
PANDEMIAS
E OUTRAS
GERINGONÇAS**



A experiência da pandemia de covid-19 foi arrasadora. Em uma oportunidade que tive de tecer comentários sobre essa travessia, alguém me perguntou: “Ailton, a covid nos ensinou alguma coisa?”, e eu respondi: “Por que que você acha que ela deveria nos ensinar algo? A pandemia não vem para ensinar nada, mas para devastar as nossas vidas. Se você está achando que alguém que vem para te matar vai te ensinar algo, só se for a correr ou a se esconder”. Os brancos que me perdoem, mas eu não sei de onde vem essa mentalidade de que o sofrimento ensina alguma coisa. Se ensinasse, os povos da diáspora, que passaram pela tragédia inenarrável da escravidão, estariam sendo premiados no século XXI. Eu não tenho nenhuma simpatia por essa ideia, não quero aprender nada às custas de sofrimento.

Inclusive acredito que nossa acomodação psicológica no ambiente virtual, intensificada nesse período, não deve ser saudável. Quando começou a pandemia, eu alertava as pessoas, dizendo: “Lembrem-se, isso aqui é virtual, é uma tela, nós não estamos conversando diretamente uns com os outros”, pois creio que, entre nossa ação nesse ambiente e o seu resultado, pode haver uma brecha de não entendimento e até mesmo de confusão. Tenho percebido que estou me expondo demais, abusado dessa tecnologia, e observado que ela pode nos induzir a uma grande ilusão de resultado, de eficácia. Você se dedica a esse ambiente por horas a fio e acha

que está movendo alguma coisa, mas na verdade podemos ficar ali a vida inteira e não mover nada.

Em um futuro não muito distante, seremos todos transformados em espectadores. Não vamos precisar fazer mais nada: a gente vai se conectar ao acordar, tal qual um trabalhador batendo o ponto, e depois desconectar na hora de dormir. E vamos poder consumir tudo que quisermos, durante a vida inteira, porque o capitalismo vai dar tudo para a gente! A professora Conceição Evaristo disse uma coisa genial: as pessoas acham mais fácil acabar com o mundo do que acabar com o capitalismo. É verdade, simplesmente nos acomodamos com a ideia de que o capitalismo não vai acabar, pelo contrário: ele vai entuchar a gente de coisas e mais coisas, e vamos ter tanta comida, tanta bebida, tanto de tudo, que não vai faltar mais nada. E assim a gente segue, enclausurados nas metrópoles, deixando essa ideia absurda nos levar.

Historicamente, a cidade se opõe a esse lugar que a gente chama de floresta, a ponto de todo o imaginário infantil usar um chapéu vermelho e ser ameaçado por um lobo, ou um lobisomem, uma peste, um bicho qualquer que vai pular de dentro da floresta para comer a gente. Inclusive, uma das narrativas a respeito da covid-19 sugere que ela só começou porque havia floresta:

Uns carinhas que frequentavam um mercado ali em Wuhan foram no mato pegar lenha, encontraram uma coruja, pisaram no rabo dela, capturaram um pangolim selvagem, o chamaram de cara feia e o levaram para conviver com animais domesticados na feira. Aí o vírus que estava no bicho selvagem passou para o bicho limpinho, que passou para a gente, e foi espalhado pelo planeta numa jogada tática chinesa.

Essa narrativa é muito maldosa, mas teve um grande efeito.

Esses comentários aparentemente aleatórios que estou tecendo sobre a pandemia, a origem do vírus, o furo no muro da cidade são matérias sobre as quais eu tenho refletido com intensidade neste período porque eu também fiquei preso. Adotei com empenho as recomendações da Organização Mundial da Saúde: procurei evitar o contágio, tomei as vacinas e não saí da minha aldeia. E passei a fazer uma revisão sobre essa naturalização de pegar um carro e seguir para qualquer lugar, pegar um avião e ir para outro canto do mundo. Porque, da mesma maneira que a gente pode naturalizar a vida numa tela e se fundir com a experiência virtual, nós também naturalizamos, desde o final do século xx, o uso de um monte de máquinas como se fossem próteses do nosso corpo. Eduardo Viveiro de Castro tem um texto chamado “Os involuntários da pátria”, e eu provooco aqui uma ampliação desse enunciado, dizendo que nós estamos virando todos involuntários de um mundo que naturalizou mil traquitanas como extensões nossas. Assim, o tal do progresso vai comandando a gente, e seguimos no piloto automático, devorando o planeta com fúria.

A cidade virou a caixa-preta da civilização. O corpo da Terra não aguenta mais cidades, pelo menos não essas que se configuram como uma continuidade das pólis do mundo antigo, com gente protegida por muros, e o resto do lado de fora — que pode, inclusive, tanto ser bichos selvagens quanto indígenas, quilombolas, ribeirinhos, beiradeiros. Além disso, as metrópoles são um sorvedouro de energia. Ainda há quem tenha a pachorra de dizer que o Brasil é vanguarda na produção de energia limpa. Eu não sei que história é essa, se você botar um filtro de sangue nas hidrelétricas de Tucuruí, Balbina, Belo Monte, Santo Antônio e Jirau, ele entope.

José Mujica, ex-presidente do Uruguai, diz que estamos substituindo a ideia de cidadão pela experiência de consumidor, e assim o mundo passa a

ser habitado por clientes — alguns preferenciais. Para completar o circo, tem um monte de gente querendo viver eternamente: pessoas que morrem de medo de morrer. A borboleta morre, o passarinho vem voando, bate a cara aqui e morre, a abelha se reproduz e morre, a bananeira cresce, dá banana e morre... Nós somos os únicos chatos do planeta que querem prevalecer na face da Terra a todo custo e, claro, não entrar na lista de extinção de jeito nenhum. Tem uma frase interessante que é atribuída ao Einstein: “A vida começou aqui na Terra sem os humanos e pode terminar sem nós”. Esse *pode* é um cuidado lá dele, de não detonar de vez a bomba. Já eu sou mais arrogante e digo que a vida começou sem os humanos e vai acabar sem a gente. Não somos os donos da chave nem seremos os últimos a sair. Aliás, acho antes que seremos postos para fora — por incompetência, inadimplência, abuso e todo tipo de prevaricação em que a gente se meteu em favor da ideia de prolongar nossa própria vida.

A cidade em si é uma tentativa de fazer isso ad aeternum. Vai ver é por isso que chamaram Roma de “a cidade eterna”. É muito bonito esse título, mas o que será que se esconde por trás dele? Não será justamente esse desejo insistente dos humanos de quererem se perpetuar no planeta? Roma foi um império muito duradouro e fundou uma boa parte dos elementos que constituem nosso repertório urbano, que foi sendo calibrado nesse longo período de prepotência humana. Os romanos mesmo resolveram governar o mundo por decreto, a partir da vontade de um cara chamado César, a quem deram plenos poderes: matava, degolava, queimava, arregaçava tudo e depois se resolvia com Deus, que era o chefe dele. Sei lá que Deus era esse, a questão fundamental é que começamos a imitar esse modelo e espalhamos cidades pelo mundo inteiro.

A urbanização no Brasil é tardia. Ainda nas décadas de 1960 e 1970, havia campanhas para as pessoas saírem do campo e irem para os centros

urbanos, o que acarretou um grande êxodo rural. Muita gente saiu da zona rural para liberar a área para o agronegócio e foi passar fome nas cidades. Ainda segundo Viveiros de Castro, o Brasil se especializou na produção de pobres. Nossa tecnologia para produzir pobreza é mais ou menos assim: a gente pega quem pesca e colhe frutos nativos, tira do seu território e joga nas periferias da cidade, onde nunca mais vai poder pegar um peixe para comer, porque o rio que passa no bairro está podre. Se você tira um Yanomami da floresta, onde ele tem água, alimento e autonomia, e bota em Boa Vista, isso é produção de pobreza. Se expulsa o pessoal da Volta Grande do Xingu para fazer uma hidrelétrica, mandando para um beiradão de Altamira, você está convertendo-o em pobre.

O capitalismo precisa de uma plataforma — que é urbana. Basta ver como cidades como Nova York e Tóquio, onde ficam as Bolsas de Valores, são âncoras desse sistema. Aliás, a urbanidade institui um modo de vida que já está sendo chamado de necrocapitalismo, mas a ontologia do sujeito que nasceu na cidade, que tem o pensamento urbano, é tão potente que acaba influenciando as culturas do mundo todo. Assim, a partir dos gestos e da colaboração de cada um — do nenenzinho que já nasce consumidor ao ancião que morre enfiado em algum aparato tecnológico porque não tem coragem de morrer em casa —, a urbe vai se instituindo como o único destino possível dos humanos.

A imagem que eu tenho da cidade tem um pouco a ver com o Super-Homem lutando contra Lex Luthor, quando, por conta da criptonita, quanto mais ele se debate, mais o vilão fica forte. Cidade para mim é Mariana, Ouro Preto, até Dubai. Penso em Itanhaém, com aquele forte que é um convento jesuíta e que reunia pessoas tanto para rezar quanto para atirar, pois em cima daqueles muros altos tinham canhões. Então, a cidade é um dispositivo capaz de promover a religião e um certo

pensamento, mas também é munida de armas para expandir o seu domínio. Se a gente tivesse que culpar alguém pelas cidades atuais, para quem apontaríamos os canhões de Itanhaém? Para engenheiros, arquitetos e urbanistas? Para incorporadoras, especuladores imobiliários e empreiteiras? Para vereadores com suas emendas e remendos? O que dita a cara da cidade?

A arquitetura moderna ampliou a máxima de que a civilização precisa de cimento e ferro. Esse é um pensamento que se relaciona com o mundo nos termos de consumo de matérias não renováveis: usou ferro, acabou; usou cimento, acabou. Se você faz um projeto que precisa de cimento, pedra, ferro, vidro e o escambau, isso é a mesma coisa que usar combustível fóssil. Eu não conheço nenhuma montanha que volte a produzir cimento e pedra depois de extraídos do corpo dela. Se a gente devora montanhas e engole o subsolo da Terra para erguer cidades, o que estamos fazendo, como diria Drummond, é animar a maquinação do mundo.

Mas estamos olhando só para a sequência europeia dessa história, não vamos perder de vista as cidades que a África, a China ou a Índia produziram. Como as culturas asiáticas veem as cidades? Da mesma forma que as ocidentais? Tenho a impressão de que eles têm outra gramática para tratar delas. Aliás, os ocidentais reclamam muito da promiscuidade da urbanidade indiana, com animais misturados com pessoas nas ruas, no rio Ganges, e esculhambam os indianos como se existisse apenas um jeito de viver — o modelo ocidental. Essas epistemes, produzidas a partir de um lugar específico de pensar o mundo, vão ditando a ideia do que é sujo em oposição ao que é limpo.

A cultura sanitarista, que supostamente regula tudo, entra com a seguinte lógica: sanear é urbanizar, urbanizar é sanear. O que me faz

pensar em um grupo de jovens médicos ligados às ciências da saúde que produziu um trabalho curioso sobre a pandemia, no qual dizem que esse evento fortalece o autoritarismo, dando licença para os governos ampliarem ainda mais o controle sobre as nossas vidas. Isso me fez imaginar que o planeta inteiro vai virar uma espécie de hospital geral, e que a polícia, em vez de caçar terroristas, vai perseguir quem não está bem sanitizado. Vai olhar debaixo da unha e, se estiver sujo, matar o cara. Chegaremos a uma distopia em que o que não é cidade, o que não é saneado, o que não é limpinho, a gente elimina do mapa.

Nessa direção, a floresta, os bosques, os ecossistemas vivos, com sua capacidade óbvia de produzir vida e também vírus, vão se constituir em lugares que devem ser cercados para não contaminarem as cidades. Então fica assim: o muro que nasceu para proteger alguns humanos passa a isolar a floresta. O que estou dizendo parece absurdo? Pois eu tive uma visão disso já em 1993, quando eu, Davi Yanomami e Cipassé Xavante fomos levados a Milão, depois da Eco-92 — naquele tempo em que o Brasil parecia o lugar mais interessante do mundo para quem estava pensando em ecologia na Europa. Nessa ocasião, uma senhora muito rica, herdeira de empresas ligadas a transportes, contratou um assessor e disse: “Descobre uns índios interessantes na América Latina e nos Estados Unidos, junta uma penca deles e traz para mim”. Além de nós três, tinha o Alce Negro, um incrível ancião Sioux Lakota, dos Estados Unidos, e um pajé do povo Kog, lá de Serra Nevada, na Colômbia.

No palácio dessa senhora tinha um jardim interno com uma proteção de vidro, como aquelas usadas para guardar cobras no Instituto Butantã e, lá dentro, tinha uma árvore. Eu fiquei olhando para aquela árvore triste, que tinha o porte de uma jabuticabeira e que o pessoal da casa não sabia nem me dizer qual era. Então, perguntei: “E vocês fizeram um monumento à

árvore desconhecida?”. Acho que nós estamos indo para um buraco tão absurdo quanto o daquele palácio dos milionários italianos, lidando com esses seres-árvores que existem muito antes de nós com um desprezo e um abuso tão escandalosos que vamos acabar com as últimas florestas do planeta sem nem prestar atenção, sem saber o nome delas.

Esse é um elemento essencial para um pensamento que tem me provocado: “Como a ideia de que a vida é selvagem poderia incidir sobre a produção do pensamento urbanístico hoje?”. É uma convocatória a uma rebelião do ponto de vista epistemológico, de colaborar com a produção da vida. Quando eu falo que a vida é selvagem, quero chamar atenção para uma potência de existir que tem uma poética esquecida, abandonada pelas escolas que formam os profissionais que perpetuam a lógica de que a civilização é urbana, e tudo que está fora das cidades é bárbaro, primitivo — e a gente pode tacar fogo.

Como atravessar os muros das cidades? Quais possíveis implicações poderiam existir entre comunidades humanas que vivem na floresta e as que estão enclausuradas nas metrópoles? Pois se a gente conseguir fazer com que continue existindo florestas no mundo, vão existir comunidades dentro delas. Eu vi um número que a World Wide Fund for Nature (WWF) publicou em um relatório, dizendo que 1,4 bilhão de pessoas no mundo dependem da floresta, no sentido de ter uma economia ligada a ela. Não é a turma das madeiras, não, é uma economia que supõe que os humanos que vivem ali precisam de floresta para viver.

A antropóloga Lux Vidal escreveu um trabalho muito importante sobre habitações indígenas, no qual relacionava materiais e conceitos que organizam a ideia de habitat equilibrado com o entorno, com a terra, o Sol, a Lua, as estrelas, um habitat que está integrado ao cosmos, diferente desse implante que as cidades viraram no mundo. Aí eu me pergunto:

como fazer a floresta existir em nós, em nossas casas, em nossos quintais? Podemos provocar o surgimento de uma experiência de florestania começando por contestar essa ordem urbana sanitária ao dizer: eu vou deixar o meu quintal cheio de mato, quero estudar a gramática dele. Como eu acho no meio do mato um ipê, uma peroba rosa, um jacarandá? E se eu tivesse um buritizeiro no quintal?

Temos que parar com essa fúria de meter asfalto e cimento em tudo. Nossos córregos estão sem respirar, porque uma mentalidade de catacumba, agravada com a política do marco sanitário, acha que tem que meter uma placa de concreto em cima de qualquer corretozinho, como se fosse uma vergonha ter água correndo ali. As sinuosidades do corpo dos rios é insuportável para a mente reta, concreta e ereta de quem planeja o urbano. Hoje, na maior parte do tempo, o planejamento urbano é feito contra a paisagem. Como reconverter o tecido urbano industrial em tecido urbano natural, trazendo a natureza para o centro e transformando as cidades por dentro?

Eu fui convidado para dialogar com um projeto da Bia Lessa que utiliza tecnologias de realidade virtual. Ela foi ao largo do Paissandu olhar para aquele prédio ocupado por sem-tetos que pegou fogo. (Aliás, só uma cidade consegue produzir um tipo de evento tão macabro como aquele, com um monte de gente dentro de um edifício em chamas.) Pois a Bia se interessou por aquela ruína e acelerou a distopia, botou zumbis lá dentro e levou a coisa até um ponto absurdo, depois entrou transformando, com muitos colaboradores e recursos de arquitetura, engenharia, urbanismo, reciclagem, ambientalismo e ecologia. Botou o Glauber Rocha e os personagens de *Terra em transe* em cena e produziu uma utopia dentro daquele estrago todo. Eu propus destampar os córregos. Então, usando a experiência virtual, arrancamos o piso do Paissandu (aquele núcleo

bandeirante bem no centro da Pauliceia, o que é muito simbólico) e fizemos o córrego que desemboca ali virar uma cascata. Provocamos o surgimento de mata e bichos no largo. Convocamos Hélio Oiticica, com os parangolés e os penetráveis, e arrancamos as paredes dos prédios. Aqueles esqueletos de ferro e concreto ficaram vazados, e a matéria física da cidade foi atravessada por vento, chuva, sol e floresta — porque a vida reclama essa fruição.

Marilena Chaui, quando foi secretária de Cultura de São Paulo, organizou uma discussão sobre o público e o privado no espaço urbano, e, naquela ocasião, ficou muito claro que a cidade moderna não tolera o comum; ao contrário, ela o hostiliza. Falava-se muito do que deveria ser público, do espaço onde a gente poderia se mover, circular, mas onde, cada vez mais, no meio do caminho tinha um caixa eletrônico. A discussão era sobre até que ponto seria permitido ocupar o espaço público enquanto a prefeitura dispunha de licença para impor taxas e cobrar por esses usos. Que “comum” é esse que o tempo inteiro é invadido por algum sujeito que pode se apropriar dele?

Acontece que o termo não é uma abstração, ele se faz com corpos que andam, respiram, comem e imaginam. E, se esses corpos não têm lugar na cidade, então ela não é o lugar do comum. O padre Julio Lancellotti pegou uma marreta para derrubar espetos colocados sob um viaduto em São Paulo para as pessoas não deitarem. A cidade pode ter sido a casa do comum em seus primórdios pré-industriais, por um breve instante, mas hoje atua contra ele como uma máquina. Aquele prédio ocupado pelos sem-teto no largo do Paissandu talvez fosse uma experiência de comum dentro da cidade, mas ninguém queria ele ali, e ele era tratado como um estorvo, tanto que pegou fogo e, depois do incêndio, ninguém foi lá consertar, o comum que se mande para outro lugar.

A cidade foi invadida pela indústria e pela produção e transformou a lógica de vida coletiva em vida privada. É precioso observar que os registros sobre os maias e os astecas falam de uma cultura com muita urbanidade, mas em um sentido expandido. Não evocam propriamente a cidade, mas um modo de ser e pertencer a uma dinâmica coletiva. Nesse sentido, os xinguanos, em suas cidades-jardim, também têm muita urbanidade. Quando Davi Kopenawa narra as alianças entre os humanos e os *xapiri*, os espíritos da floresta, está falando da mesma coisa. Temos que reflorestar o nosso imaginário e, assim, quem sabe, a gente consiga se reaproximar de uma poética de urbanidade que devolva a potência da vida, em vez de ficarmos repetindo os gregos e os romanos. Vamos erguer um bosque, jardins suspensos de urbanidade, onde possa existir um pouco mais de desejo, alegria, vida e prazer, ao invés de lajotas tapando córregos e ribeirões. Afinal, a vida é selvagem e também eclode nas cidades.

**ALIANÇAS
AFETIVAS**



A palavra cidadania é bem conhecida: está prevista na Declaração Universal dos Direitos do Homem e em várias constituições. Faz parte desse repertório, digamos, branco. Já o enunciado de florestania nasceu em um contexto regional, em um momento muito ativo da luta social dos povos que vivem na floresta. Quando Chico Mendes, seringueiros e indígenas começaram a se articular, perceberam que o que almejavam não se confundia com cidadania — seria um novo campo de reivindicação de direitos (afinal, estes não são uma coisa preexistente, nascem da disposição de uma comunidade em antecipar o entendimento de que algo deveria ser considerado um direito, mas ainda não é). No final da década de 1970, antes do término da ditadura, o desejo do governo brasileiro era fragmentar as grandes extensões de floresta ao sul do Amazonas e no Acre, próximo das fronteiras com Bolívia e Peru. O jeito clássico de fazer isso era abrir estradas e levar colonos, mas, na tentativa de privatizar aquela área de maneira discreta e eficiente, inspirados por Jarbas Passarinho e sua turma, o pessoal do Incra saiu oferecendo lotes para quem já estava lá. Acontece que, quando chegaram para fazer as linhas de colonização, os que se colocavam ao lado de Chico Mendes se levantaram, pois estavam no modo florestania, e, assim como Gandhi e seus seguidores, organizaram uma resistência pacífica à atuação do Estado. Mulheres, crianças, homens, pessoas de todas as idades se postaram entre as árvores e as motosserras,

cercando os caminhos de quem chegava para fazer demarcações e impedindo que o dedo urbano — fosse ele de geógrafos, topógrafos ou sismógrafos — apontasse finais dentro da floresta. Não queriam estacas nem lotes, queriam a fluidez do rio, o contínuo da mata.

Os indígenas viviam em reservas coletivas, e os seringueiros, que eram majoritariamente nordestinos que migraram para a Floresta Amazônica no final do século XIX, perceberam essa diferença. Depois de quatro, cinco, seis gerações dentro da floresta, o que eles queriam era viver como os índios. Houve ali um contágio positivo do pensamento, da cultura, uma reflexão sobre o comum, em que os seringueiros que criaram as reservas extrativistas equipararam o status dessas unidades de conservação de uso direto com o das terras indígenas. Mas nós sabemos que propriedade coletiva no Brasil não existe: mesmo as terras que os indígenas habitam pertencem à União. O cancro do capitalismo só admite propriedade privada e é incompatível com qualquer outra perspectiva de uso coletivo da terra. Em nossa disposição de constituir uma florestania, nós não queríamos nem mesmo ter CPF, mas a instauração de um novo direito pressupõe a movimentação de um enorme aparato composto de registros, documentos, certificações, cartórios... O que moveu o encontro desses povos foi o entendimento de que entre eles havia patrões: latifundiários que reclamavam a posse de vastas regiões de floresta, os seringais, onde tanto indígenas quanto não indígenas eram submetidos a condições de trabalho escravo. Uma constelação de povos como os Kaxinawá, os Ashaninka, os Huni Kuin e tantos outros viviam oprimidos por essa situação favorecida pelo capital, na qual um patrão, que nem estava presente (podia estar em São Paulo, em Londres, em qualquer lugar do mundo), explorava a Floresta Amazônica — e suas gentes — por controle remoto. Ao nos insurgirmos para eliminar a figura do patrão, foi possível nos associarmos. A

Aliança dos Povos da Floresta* nasceu da busca por igualdade nessa experiência política.

Ocorre que a palavra política vem de pólis e, quando seres que não são da pólis pensam, podem imaginar outros mundos que não são política, ou, ao menos, não a política vigente. A linguagem é muito determinante nas interações, e tudo que vem da pólis traz a marca de um ajuntamento de iguais, onde a experiência política se pretende convergente. Isso tem animado em mim uma observação: sempre reivindicam a pólis como o mundo da cultura, e aquilo que ficou marcado como natureza é o mundo selvagem. Pois é nesse outro mundo que eu estou interessado, não na convergência que vai dar na pólis. Imagino potências confluindo a partir de um lugar, passando por ele, mas sem ficarem presas ali. Penso que o que os zapatistas querem também é florestania, mas o gesto deles de reivindicá-la foi entendido como uma rebelião, e eles foram tratados como inimigos, sendo brutalmente reprimidos. Acabaram obrigados a vestir a máscara zapatista e, de certa maneira, assumir o lugar limitado que o gesto de rebelião configurou. Todo mundo que for zapatista tem que viver na selva Lacandona, porque zapatismo só existe em Chiapas. Acabaram presos em uma armadilha contra o próprio pensamento insurrecto. Florestania não pode ser uma franquia; se estamos querendo provocar um questionamento profundo com a potência de uma insurreição, não podemos nos tornar prisioneiros dos movimentos que criamos. Por isso, em dado momento, eu comecei a me perguntar até onde iríamos com a Aliança dos Povos da Floresta: íamos virar um sindicato, um partido? Alianças políticas nos obrigam a uma igualdade que chega a ser opressora, mesmo aquelas que admitem a existência da diversidade.

Essa experiência durou mais de vinte anos de muita dedicação, até que comecei a questionar essa busca permanente pela confirmação da

igualdade e atinei pela primeira vez para o conceito de alianças afetivas — que pressupõe afetos entre mundos não iguais. Esse movimento não reclama por igualdade, ao contrário, reconhece uma intrínseca alteridade em cada pessoa, em cada ser, introduz uma desigualdade radical diante da qual a gente se obriga a uma pausa antes de entrar: tem que tirar as sandálias, não se pode entrar calçado. Assim eu escapei das parábolas do sindicato e do partido (quando um pacto começa a cobrar tributo, já perdeu o sentido) e fui experimentar a dança das alianças afetivas, que envolve a mim e uma constelação de pessoas e seres na qual eu desapareço: não preciso mais ser uma entidade política, posso ser só uma pessoa dentro de um fluxo capaz de produzir afetos e sentidos. Só assim é possível conjugar o *mundizar*, esse verbo que expressa a potência de experimentar outros mundos, que se abre para outras cosmovisões e consegue imaginar *pluriversos*. Esses termos, usados por Alberto Acosta e outros pensadores andinos, evocam a possibilidade de os mundos se afetarem, de experimentar o encontro com a montanha não como uma abstração, mas como uma dinâmica de afetos em que ela não só é sujeito, como também pode ter a iniciativa de abordar quem quer que seja. Esse outro nós possível desconcerta a centralidade do humano, afinal todas as existências não podem ser a partir do enunciado do antropocentrismo que tudo marca, denomina, categoriza e dispõe — inclusive os outros, parecidos, que são considerados quase humanos também.

Esse desejo de mundo sempre esteve presente na humanidade, caracterizou, inclusive, toda a colonização dos continentes. Acontece que, quando ele vem associado a uma lógica ocidental, carrega a ideia de cultura em oposição à de natureza. As tentativas de diálogo de que tivemos notícia, de quando os reis católicos e o papa lá em 1400, 1500, depois que acabaram com o último sultanato na península Ibérica e saíram

procurando novos corpos para colonizar, mostram claramente como cada um falava de um lugar impossível de ser reconhecido pelo outro. Tomemos como exemplo a fala atribuída ao chefe Seattle para um representante armado do governo de Washington:

Eu sei, você chegou aqui e se assenhorou de tudo, provavelmente o seu Deus te constituiu agora como o novo dono e você vai ter o domínio sobre todas essas coisas, mas ensina teus filhos a pisarem suavemente sobre a terra, ensina-os a amarem essa brisa da montanha e reconhecerem o voo da águia, pois se vocês não aprenderem isso, um dia vão despertar imersos em seu próprio vômito.

É exatamente o que o pensamento colonial produziu. O antropoceno está acumulando tanto lixo, tanto estrago, que deixou o mundo adoecido. Por isso, apesar de ter escapado da política feita pela pólis, tenho acompanhado com entusiasmo o que está acontecendo no Chile, seguindo um debate que já vem se desenrolando em outros países andinos, desde o Equador e passando pela Bolívia. Estão discutindo ali a refundação da nação a partir de um Estado plurinacional, e Elisa Loncón, uma mulher Mapuche, é a presidente eleita da Assembleia Constituinte — logo no Chile, país historicamente tão autoritário e refratário a qualquer mundialização.

Mas é preciso estar atento e forte. O senso comum imagina que a democracia é algo que você veste e sai andando — não é. No próprio Chile, quando Salvador Allende era presidente, bombardearam o palácio do governo. Nos Estados Unidos, que são a maior democracia do mundo, um policial bota o joelho no pescoço de um homem negro e o mata asfocado enquanto o país exporta democracia para Líbano, Iraque, Irã, Afeganistão. Porque a democracia escorre ali: eles têm para dar e vender.

Então eu acho que a gente tem que parar de ficar usando as expressões assim de maneira tão folgada. Se tiver uma faixa “DEMOCRACIA, ENTRE”, é bobagem, você vai entrar e levar um soco na cara. Os poetas dizem que a democracia é uma utopia, algo que se busca, não que se consome. É um desafio que uma sociedade determinada exercita como experiência cotidiana. Assim como a ideia de liberdade, de integridade de um povo, a democracia deve ser constantemente construída, ela não tem o dom de se instalar e está sujeita a todo tipo de ataque.

Enquanto isso, no Brasil dos anos 2020, acontece um surpreendente processo de negação identitária. Os próprios símbolos de nação impostos pelo colonialismo, como a bandeira nacional (que em qualquer republiqueta simboliza um baluarte de identidade), foram apropriados por um grupo de pessoas tão autoritárias que impedem que outros compartilhem deles. Trata-se de um clube com especial apreço por armas, uma série de preconceitos e toda sorte de fundamentalismos. Seria um novo escândalo capitalista essa privatização dos símbolos pátrios? Uma boa maneira de confrontá-los é questionando a verdade colonial: “Minha pátria, minha língua”. Caetano Veloso tem uma canção que diz: “A língua é minha pátria/ E eu não tenho pátria, tenho mátria/ E quero frátria”. Então, como quéchua é uma língua continental, viva a Pacha Mama e abaixo os nacionalismos! *Estamos cambiando, hay que cambiar el mundo*, mesmo que essa mudança também passe pelas experiências limitadas da democracia.

Seria essencial refundarmos nosso país e concebermos, por aqui também, a ideia de um Estado plurinacional, porque esse nosso velho Estado colonial tem um DNA de pirata, de bandeirante: existe para comer os outros. Eu fico admirado que a maior parte das lideranças políticas, não só do Brasil, mas de grande parte do planeta, são tão alienadas que não se

tocam que se não nos abirmos a essa matriz cultural ampla, vamos apenas aprofundar o desastre em que estamos metidos — inclusive do ponto de vista ambiental. A ideia desses Estados nacionais é muito limitada, muito pobre, e a gente tem que ser capaz de atravessar tudo isso e confluir. Quem sabe a presença dos povos indígenas na construção do novo constitucionalismo da América Latina, a partir dos Andes, traga outras perspectivas sobre aquilo que nós chamamos de país e de nação? Porque os povos originários têm outras contribuições ao debate, tanto sobre a pólis quanto sobre as ideias de natureza, ecologia e cultura. Se formos capazes de nos abrir a toda essa riqueza, a atividade política será mais uma dimensão da existência, e não uma ocupação predatória, como tem sido para muitos políticos do século XXI, o século do neoliberalismo, cuja invenção só tem servido para aparelhar corpos e constituir servidão. Escapar dessa servidão é também se abrir à ideia de ocupar, inclusive o espaço da política, do Estado, e eu espero que a gente possa ajudar a oxigenar ao máximo esses ambientes, assim como os nossos rios, que generosamente compartilham sua potência e confluem. Que a gente possa aprender a não ficar preso a nenhuma barragem. Por isso, sem esquecer dos queridos zapatistas, que sempre inspiraram debates importantes na América Latina, antes de gritar “¡Viva Zapata!”, eu grito “Abya Yala!”, que é como nossos irmãos saúdam em quéchua a terra e o céu.

* A Aliança dos Povos da Floresta, criada em 1980, nasceu da união de lideranças indígenas e seringueiros na Amazônia para reivindicar demarcações de territórios indígenas e a criação de reservas extrativistas. Ailton Krenak foi um dos idealizadores desse movimento, que encontrou sua máxima expressão na figura de Chico Mendes, assassinado em 1988 por sua atuação. (N. O.)

**● CORAÇÃO
NO RITMO
DA TERRA**



Ao pensar na relação entre educação e futuro me deparo com uma ambiguidade. Tenho percebido em conversas com educadores de diferentes culturas — não só dos povos originários, mas que trabalham com outras abordagens da infância — que, já no primeiro período da vida, todo um aparato de recursos pedagógicos é acionado para moldar a gente. Isso me faz pensar em antigas práticas usadas por diferentes povos deste continente americano para constituir seus coletivos. São práticas ligadas à *produção* da pessoa — o que é muito diferente de moldar alguém —, que entendem que todos nós temos uma transcendência e, ao chegarmos ao mundo, já somos — e o *ser* é a essência de tudo. As outras habilidades que podemos adquirir, como possuir coisas, seguir uma profissão, governar o mundo, são camadas que você acrescenta à perspectiva de um ser que já existe. Esse antigo conceito é muito confortável, pois não entra em choque com a experiência de existir.

Os Guarani fazem um batismo, o *nhemongaraí*, que ocorre no Ano Novo deles, por volta do dia 25 de janeiro. Nesse ritual, o pajé, dentro da *opy*, a casa cerimonial, canta e defuma as crianças novas que estão no colo de suas mães. Fica assoprando e olhando para elas, para ver quem são os seres que chegaram ali. Depois de realizados os cantos, o pajé se aproxima dos parentes e pergunta o nome das crianças. A partir de então elas passam a ser nomeadas. Esse lindo ritual carrega a mensagem de que nós já

chegamos aqui como seres prontos. É de grande respeito dizer: esse ser já existe, não precisa de uma fôrma, ele quem nos informa quem é que chegou ao mundo.

Quando atuamos no sentido de incidir sobre o design original de um ser, seja ele humano ou não, e formatá-lo para que tenha alguma utilidade, estamos incorrendo em uma violência sobre o percurso que ele já está habilitado a percorrer aqui na Terra. Tem uma cantiga que eu gosto muito de repetir, que diz assim:

Cantando, dançando
Passando em cima do fogo,
Seguimos num contínuo,
No rastro dos nossos ancestrais.

Essa invocação de ancestralidade é educativa. Traz uma imagem poética apoiada num rito muito antigo de consagração do fogo, em que as pessoas, depois de a lenha ter sido consumida, eram capazes de passar descalças sobre as brasas sem queimar os pés. Parecia uma mágica, um efeito de ilusão, mas não era. Jovens, anciões, mulheres e homens eram capazes de sair do outro lado sem se queimar. No percurso, se a pessoa iniciada nesse rito tivesse medo, sem dúvida machucaria os pés e sairia correndo dali. Vamos imaginar essa parábola como algo que você herdou e que, portanto, não te dá medo, ao contrário, é reconfortante. Esta é uma imagem bem instrutiva para a gente começar a pensar educação e futuro.

Para começar, o futuro não existe — nós apenas o imaginamos. Dizer que alguma coisa vai acontecer no futuro não exige nada de nós, pois ele é uma ilusão. Então, pode-se depositar tudo ali, como em um jogo de dados. Infelizmente, desde a modernidade, fomos provocados a nos inserir no mundo de maneira competitiva. E essa competitividade, estimulada

durante séculos, acabou formando um mundo de jogadores. Se o futuro der certo: “Bingo!”. Mas a verdade é que estamos vivendo cada vez mais a projeção de futuros muito improváveis, embora continuemos preferindo essa mentira ao presente.

Ao focarmos nesse futuro prospectivo acabamos construindo justamente aquilo que Chimamanda Ngozi nos recomenda evitar: um mundo com uma única narrativa. O risco de projetar um futuro assim é muito grande, pois vem embalado em ansiedade, fúria e uma tremenda aceleração do tempo. Olhar sempre para o futuro, e não para o que está ao nosso redor, está diretamente associado ao sofrimento mental que tem assolado tanta gente, inclusive os jovens. É uma experiência que penetra por todos os poros e reflete em nosso estado emocional. O vasto ecossistema do planeta Terra também está sofrendo o estresse dessa aceleração.

Ainda assim, ela é real. Muitos cientistas estão observando a maneira como as crianças experimentam a infância. Alguns estudos mostram que, nos últimos trinta, quarenta anos, esse período passou a ser encurtado. Em vez de as crianças viverem como um lugar folgado, já estão caindo nele como em uma chapa quente, em que se veem obrigadas a responder às perguntas de um mundo em erosão. Quando a gente ouve um adulto que viveu a infância na década de 1990, ele frequentemente fala dela como um período extremamente apertado, um corredor. E se isso está sendo dito agora por uma pessoa que tem trinta anos, se não tomarmos cuidado, a próxima geração vai ter suprimida de vez a experiência da infância como esse lugar fantástico — de seres ainda pousando na Terra — e será introduzida de cara em um mundo em disputa.

Na antroposofia, o primeiro septênio de vida é considerado o período em que a gente ainda está meio anjo, meio humano, não de todo firme na Terra. Antigamente, os povos mais tradicionais diziam que a criança de

zero a sete anos estava mais suscetível a morrer porque sua alma ainda não estava bem fixada e podia decolar daqui feito um passarinho. Segundo essas culturas, nesse período não deveríamos sofrer moldagem alguma. Penso nas palavras “molde”, “forma”, “formar”, “formatar” etc., e que aplicar esses conceitos a pessoas no primeiro momento da vida, quando são seres inventivos e cheios de subjetividade, é uma violência muito grande. Já vão podando espíritos que poderiam trazer muita novidade para a Terra. No lugar de *produzir* um futuro, a gente deveria recepcionar essa inventividade que chega através das novas pessoas. As crianças, em qualquer cultura, são portadoras de boas novas. Em vez de serem pensadas como embalagens vazias que precisam ser preenchidas, entupidas de informação, deveríamos considerar que dali emerge uma criatividade e uma subjetividade capazes de inventar outros mundos — o que é muito mais interessante do que inventar futuros.

Esses primeiros anos de existência fazem uma cartografia do mundo e fornecem uma espécie de mapa para a experiência adulta. Então, se nesse período a gente não reconhece os caminhos, depois vamos andar pelo mundo como se ele fosse um lugar estranho — não só do ponto de vista geográfico e climático, mas também de um lugar a ser compartilhado com outros seres. Nossa sociabilidade tem que ser repensada para além dos seres humanos, tem que incluir abelhas, tatus, baleias, golfinhos. Meus grandes mestres da vida são uma constelação de seres — humanos e não humanos.

Quando eu tinha oito ou nove anos de idade, estava no quintal, lugar de que gosto muito, e lá estava uma linda égua selvagem que meu irmão tinha ganhado. Ela comia milho enquanto eu limpava o quintal com um rastelo. Enquanto a égua roía os sabugos, passei o rastelo perto dela e, sem querer, a assustei. Ela me deu um coice bem dado, que acertou meu estômago e me fez voar uns três metros. Perdi o fôlego, mas logo me recuperei. E ali,

de uma maneira totalmente atemporal, como se fosse um raio, tive uma aula sobre limite e, ao mesmo tempo, compreendi que podemos agir no mundo. Foi uma revelação que me veio como um mantra: “sim, nós podemos muito, mas nem tudo”. Um aprendizado que recebi em fricção com a natureza.

Essa liberdade que tive na infância de viver uma conexão com tudo aquilo que percebemos como natureza me deu o entendimento de que eu também sou parte dela. Então, o primeiro presente que ganhei com essa liberdade foi o de me confundir com a natureza num sentido amplo, de me entender como uma extensão de tudo, e ter essa experiência do sujeito coletivo. Trata-se de sentir a vida nos outros seres, numa árvore, numa montanha, num peixe, num pássaro, e se implicar. A presença dos outros seres não apenas se soma à paisagem do lugar que habito, como modifica o mundo. Essa potência de se perceber pertencendo a um todo e podendo modificar o mundo poderia ser uma boa ideia de educação. Não para um tempo e um lugar imaginários, mas para o ponto em que estamos agora.

Para além de onde cada um de nós nasce — um sítio, uma aldeia, uma comunidade, uma cidade —, estamos todos instalados num organismo maior que é a Terra. Por isso dizemos que somos filhos da terra. Essa Mãe constitui a primeira camada, o útero da experiência da consciência, que não é aplicada nem utilitária. Não se trata de um manual de vida, mas de uma relação indissociável com a origem, com a memória da criação do mundo e com as histórias mais reconfortantes que cada cultura é capaz de produzir — que são chamadas, em certa literatura, de mitos. As mitologias estão vivas. Seguem existindo sempre que uma comunidade insiste em habitar esse lugar poético de viver uma experiência de afetação da vida, a despeito das outras narrativas duras do mundo. Isso pode não ter um

significado muito prático para concorrer com os outros em um mundo em disputa, mas faz todo sentido na valorização da vida como um dom.

Não há nada mais importante do que a vida. Estamos passando por uma experiência coletiva de apreensão diante de crises e pandemias, mas a constituição de mentalidades sensíveis significa também resiliência, capacidade de esses seres continuarem criando um mundo menos suscetível ao terrorismo psicológico que tem atingido a vida contemporânea. As famílias ocidentais em contexto urbano supervalorizam o sistema de educação. São adultos que aderem a esse formato no qual as pessoas que chegam vão sendo inseridas no mundo. Antes de elas poderem escolher a experiência de se implicar no mundo num sentido coletivo, já são abordadas pela visão que os adultos têm dele. Um jovem de vinte anos já tem um mundo formatado dentro de si e, quando coloca uma criança nele, passa a agir a partir de sua aspiração de perfeição, daquela ideia de formar um sujeito campeão. Dessa forma, nós começamos, desde cedo, a sugerir para as crianças que elas precisam alcançar um patamar de excelência e ocupar lugares de destaque, pois no topo do pódio só cabe um. No entanto, esse pódio é uma mentira, porque não tem nenhum lugar no mundo onde só cabe um, sempre cabem todos.

Em conflito com essa mentalidade, por todos os lugares a gente vê jovens se sentindo expulsos do mundo. Deveríamos prestar mais atenção à campanha da Greta Thunberg na Europa, que instiga os jovens contra o mundo adulto, dizendo que eles não vão às aulas naquela semana, pois, afinal, a escola não tem tanta importância assim. A gente devia olhar bem para esse gesto, ouvir a voz dessa criança que ainda não desistiu do mundo e que é capaz de propor outra narrativa para ele, pois a que a gente teve até agora precisa ser questionada. A escolha de um outro mundo pode ser feita aqui e agora e será feita pelas crianças, não pelos adultos. A geração da

Greta literalmente acusa os adultos de serem ladrões de futuro. Tem acusação mais terrível do que essa? Educação não tem nada a ver com futuro, afinal ele é imaginário, e a educação é uma experiência que tem que ser real.

Vamos considerar a partir daqui que, quando falamos de educação, já não a associamos ao futuro, mas ao aqui e agora. No Tibet e entre outros povos do Oriente, a meditação e a observação da mente são recursos educacionais. Ao Dalai Lama, quando criança, foi assegurada uma vasta liberdade de experiências para que ele se constituísse em um ser pleno. Depois, ele precisou fugir de seu país, as coisas mudaram, mas a infância dele formou seu ser. Estou dando um exemplo bem conhecido do mundo inteiro, mas milhares de outros meninos da geração dele e das anteriores eram estimulados e protegidos dessa maneira para que vivessem a experiência da infância como o fundamento da vida. E tinham a felicidade de estar inseridos em culturas em que isso é uma prática coletiva.

No Ocidente, essa não é a prática vigente, muito pelo contrário. A educação que conhecemos sempre teve o ímpeto de formatar as pessoas. A sala de aula já sugere isso ao incluir um grupo de crianças de mesma faixa etária sendo abordadas por um adulto, que é o professor. Isso ilustra de maneira muito clara a intervenção externa sobre cada um ali. Perdem sua autonomia e começam a se sentir compelidos a se alinhar com um propósito formatador do pensamento. E se nós sugerirmos que as crianças passem a ter tempo para si mesmas, que a experiência educativa seja convertida em uma proteção desse período para que a pessoa se autoforme, ao invés de ser formatada?

Para que a gente possa promover e facilitar uma experiência que inclui menos moldes e mais invenção, precisamos fazer uma revolução do ponto de vista da educação formal nas práticas estabelecidas, e nas escolhas que

as famílias fazem. Se a gente pegar uma amostra de duzentas famílias e disser a elas: “Vocês topariam liberar a sua criança nos próximos cinco, seis anos de qualquer formatação e apoiar uma experiência lúdica com a água, com o rio, com a terra, com o fogo, com tudo, para ela ser um elemento de transição global, de mudança de mentalidade no mundo?”, é capaz que umas vinte topem.

A verdade é que uma criança com sete, oito anos de idade já começa a ser treinada para ignorar o meio ambiente. É isolada em uma sala de aula para ser alfabetizada e vai sendo incutida nela, desde cedo, a ideia de uma vida sanitária. (O que é muito contraditório, porque muitas crianças de comunidades urbanas não têm sequer acesso a saneamento básico, mas vão logo sendo ensinadas a ter nojo da terra.) O que eu chamo de educação sanitária é muito anterior às normas impostas pela pandemia de covid-19. É a formação, ao longo de décadas, de uma mentalidade em que uma criança não deve mexer na terra para não sujar as mãos. Que se você arranca uma batata do chão, não deve levar para dentro de casa, pois está suja. (O ideal é pegar uma batata lavada e empacotada no supermercado.) Quando foi que terra virou sujeira? Faz tempo que eu assisto a esse bombardeio sanitário na cabeça das crianças e não vejo nenhum educador questionar isso. Pois para mim isso está diretamente ligado com essa forma de ver o mundo como um almoxarifado e está no cerne da crise ambiental que estamos enfrentando hoje.

Me referi à meditação porque ela permite à pessoa se colocar no presente. Quem sabe essa prática deveria ser experimentada em todas as escolas? Como não será fácil tirar as crianças de dentro do ambiente escolar e enviá-las para a natureza a fim de que vivam uma experiência de fricção com a terra, que a gente possa pelo menos deixá-las em segurança contemplando os próprios pensamentos — que, com certeza, são

luminosos e chegaram ao mundo trazendo maravilhas —, sem bombardeá-las com argumentos. As crianças irão se associar então a esses belos pensamentos de maneira criativa e positiva e serão as portadoras, aqui na Terra, da ancestralidade, um presente que os recém-chegados trazem para nós.

Fiquei feliz de saber que o papa Francisco incluiu, em suas recomendações para a educação, a invocação dos ancestrais. Disse, para a imensa juventude que o ouve, que é preciso resgatar os vínculos com a ancestralidade. Achei isso, que não é muito típico de um discurso de papa, maravilhoso, uma vez que a ideia foi abandonada no século xx como se fosse um atributo de culturas antigas e “primitivas”. O papa dizer que esse é um valor essencial para enfrentar as crises que estamos vivendo hoje me deu uma grande alegria, pois contribui para dissolver fronteiras culturais e raciais, e para que a gente possa falar de uma maneira mais respeitosa da diversidade cultural e da pluralidade da vida. Essas ideias deveriam orientar todo o repertório de quem trabalha com educação.

Infelizmente, a política educacional no Brasil pensa que a escola é um prédio, e por isso desvaloriza tanto o trabalho dos educadores. Enchem a sala de meninos e trancam a porta: pronto, estão na escola. Esse lugar pode ser, inclusive, de renúncia da família à educação de suas crianças. Muitas estão a tal ponto privadas de serem orientadas em seu núcleo coletivo familiar, que, em dado momento, não conseguem mais conversar com seus pais. São sequestradas pelo sistema educacional e não há mais linguagem comum entre eles.

Tem um programa instituído no Brasil desde o final da década de 1990, mas que se consolidou principalmente nos últimos vinte anos, que é o Plano Nacional de Educação Escolar Indígena. Trata-se de uma educação diferenciada, aplicada nos territórios indígenas pelo Brasil inteiro, onde

cada comunidade tem a possibilidade de moldar o equipamento escolar da forma que decidir. Eu já frequentei escola em aldeia embaixo de uma árvore e achei muito bom. As pessoas estavam à vontade naquela experiência e não queriam prédio nenhum. Muito tempo depois, aqueles meninos decidiram que seria bom ter uma sala de aula, mas sabem que a experiência pedagógica pode ser realizada na beira do córrego, numa laje de pedra, em qualquer lugar. Trata-se de um grupo de pessoas com o propósito de fazer uma investigação coletiva. Inclusive o próprio letramento pode muito bem prescindir de uma sala de aula. Escola não é prédio, mas uma experiência geracional de troca que deveria ser enriquecida e valorizada, na qual as pessoas que passaram por coisas distintas podem compartilhar conteúdos que ajudem as crianças a se prepararem para a vida adulta.

Algumas escolas indígenas, com muitas dificuldades na tentativa de reconfigurar o aparelho escolar, tentam ficar o mais próximo possível disso que estou argumentando, buscando preparar cada um no contexto da sua comunidade, para agir ali. Essas escolas não são plataformas de lançamentos de meninos, mas lugares para eles estarem. Nós, que persistimos em uma experiência coletiva, não educamos crianças para que elas sejam campeãs em alguma coisa, mas para serem companheiras umas das outras. Não almejamos, por exemplo, que virem chefes. A gente não treina chefes. A base da educação é feita em fricção com o cotidiano. A eventual liderança de uma criança será resultado da experiência diária de colaboração com os outros, não de concorrência.

Aquele menino que fui nunca deixa de estar próximo para conversar, para distrair, aprontar alguma novidade. Ele passa o balaio na beira do rio, sabendo que ali pode ter uma cobra, mas não deixa de passar: isso é coragem. A fricção com a vida proporciona um campo de subjetividade

que prepara a pessoa para qualquer tarefa. Em vez de formatar alguém para ser alguma coisa, deveríamos antes pensar na possibilidade de proporcionar experiências que formem pessoas capazes de realizar tudo o que for necessário na vida: sem medo de ter cobra dentro d'água ou de levar um coice. Porque tudo isso é integrado, são experiências fundamentais para se perceber como sujeito coletivo, para aprender que não estamos sozinhos no mundo.

As crianças Krenak anseiam por serem antigas. Isso porque, nas humanidades em que as crianças ainda têm a liberdade e a autonomia de aspirar mundos, elas valorizam muito os velhos. As pessoas antigas têm a habilitação de quem passou por várias etapas da experiência de viver. São os contadores de histórias, os que ensinam as medicinas, a arte, os fundamentos de tudo que é relevante para ter uma boa vida. É o que os quéchuas chamam de *sumak kawsay* e que foi traduzido para o castelhano como *bienvivir*, ou bem viver, em português. Acredito que nossas crianças sabem sobre a segurança mental subjetiva que essa experiência pode proporcionar, e por isso não veem a velhice como uma ameaça, mas como um lugar almejado, de conhecimento, que questiona a hipótese de formatar pessoas para um outro mundo, e não para o lugar onde cada um de nós experimenta o cotidiano.

As crianças indígenas não são educadas, mas orientadas. Não aprendem a ser vencedoras, pois para uns vencerem outros precisam perder. Aprendem a partilhar o lugar onde vivem e o que têm para comer. Têm o exemplo de uma vida em que o indivíduo conta menos que o coletivo. Esse é o mistério indígena, um legado que passa de geração para geração. O que as nossas crianças aprendem desde cedo é a colocar o coração no ritmo da terra.

SOBRE ESTE LIVRO

Textos elaborados por Rita Carelli a partir de: **POLÍTICAS CÓSMICAS** — Diálogo de abertura do Festival Seres Rios, com Ailton Krenak e Marisol de la Cadena e mediação de Ana Gomes, em agosto de 2021; **OS RIOS E AS CIDADES** — Aula espetáculo com Ailton Krenak, na segunda edição de Amazônia das Palavras, em novembro de 2021; **CARTOGRAFIAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO** — Mesa virtual da Flip, com Ailton Krenak e Muniz Sodré e mediação de Vagner Amaro, em dezembro de 2021; **ESPAÇOS PARA RESPIRAR** — xv Seminário Internacional da Escola da Cidade, com Ailton Krenak e Wellington Cançado e mediação de Francisco Fanucci, em agosto de 2020; **UOL ENTREVISTA: AILTON KRENAK, LIDERANÇA INDÍGENA** — Ailton Krenak entrevistado por Fabíola Cidral, Leonardo Sakamoto e Maria Carolina Trevisan, em novembro de 2021; **A VIDA NÃO É ÚTIL** — Live da TV Canal 26 e Canal HD 526 da NET-Rio, com Ailton Krenak e a entrevistadora Rosângela Coelho, em agosto de 2020; **O TEMPO E A EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DOS SABERES ANCESTRAIS** — Fala de Ailton Krenak no Segundo Congresso LIV Virtual, em outubro de 2020.

SOBRE O AUTOR

Ailton Krenak nasceu em 1953, na região do vale do rio Doce, território do povo Krenak, um lugar cuja ecologia se encontra profundamente afetada pela atividade de extração de minérios. Ativista do movimento socioambiental e de defesa dos direitos indígenas, organizou a Aliança dos Povos da Floresta, que reúne comunidades ribeirinhas e indígenas na Amazônia. É um dos mais destacados líderes do movimento que surgiu durante o grande despertar dos povos indígenas no Brasil, que ocorreu a partir da década de 1970. Contribuiu também para a criação da União das Nações Indígenas (UNI). Ailton tem levado a cabo um vasto trabalho educativo e ambientalista como jornalista e através de programas de vídeo e televisivos. A sua luta nas décadas de 1970 e 1980 foi determinante para a conquista do “Capítulo dos índios” na Constituição de 1988, que passou a garantir, pelo menos no papel, os direitos indígenas à cultura autóctone e à terra. É coautor da proposta da Unesco que criou a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço em 2005 e é membro de seu comitê gestor. É comendador da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República, e, em 2016, foi-lhe atribuído o título de doutor honoris causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Também é autor de *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019) e *A vida não é útil* (2020), ambos publicados pela Companhia das Letras.

Copyright © 2022 by Ailton Krenak

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa e projeto gráfico

Alceu Chiesorin Nunes

Preparação

Julia Passos

Revisão

Natália Mori

Julian F. Guimarães

Versão digital

Rafael Alt

ISBN 978-65-5782-746-8

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras